

Artigos Originais

O PAPEL DAS GESTORAS DE UMA ESCOLA FRENTE À ENFERMIDADE DE UM ALUNO COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Original Articles

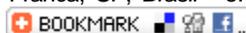
THE ROLE OF THE MANAGERS OF A SCHOOL FACE THE ILLNESS OF A STUDENT WITH GIFTEDNESS

Angélica Regina Schmengler*
<http://lattes.cnpq.br/1182059201709083>
angelicaR.schmengler@gmail.com

Sílvia Maria de Oliveira Pavão**
<http://lattes.cnpq.br/6934897603622261>
silviamariapavao@gmail.com



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



RESUMO

Este estudo disserta sobre a atuação de professores gestores na sociedade atual. Dessa forma, a escrita teve como objetivo descrever o papel desenvolvido pela equipe gestora de uma escola da rede regular de ensino de um município do interior do Rio Grande do Sul, em relação a um aluno em tratamento de saúde, que apresenta Altas habilidades/Superdotação. A pesquisa delimitou-se como qualitativa, do tipo estudo de caso, e foi realizada por meio de observação e de entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora da referida escola: diretora, vice-diretora e supervisora, bem como com a mãe do aluno Público-alvo da Educação Especial. Em relação aos achados, realizou-se uma análise qualitativa, referenciada por meio de teóricos e da legislação que discorrem sobre o assunto (LÜCK, 2006; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005; BRASIL, 2002, 2008). Verificou-se que as gestoras buscaram saber a respeito do tratamento de saúde do menino, questionando a mãe acerca do diagnóstico. Quanto às questões pedagógicas, a equipe gestora buscou informar os professores sobre a situação do adolescente, assim como, encaminharam o material pedagógico para o aluno realizar de maneira domiciliar. As gestoras procuraram desenvolver um bom papel diante da

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Gestão Educacional e Pedagoga pela UFSM. Acadêmica do curso de Educação Especial da UFSM. Professora da Rede Municipal de Agudo.

** Doutora em educação, Professora adjunta do Departamento de Educação Especial do Centro de Educação - UFSM. Santa Maria-RS.

realidade vivenciada, porém, conforme as próprias entrevistadas, faltaram conhecimentos e maior disponibilidade de tempo para atender, de forma mais significativa, às necessidades do aluno.

Palavras-chave: professor gestor. altas habilidades/superdotação. enfermidade. escola.

ABSTRACT

This study discusses the performance of manager teachers in today's society. Thus, this writings aimed to describe the role played by the management team of a regular school in a city in the interior of Rio Grande do Sul, in relation to a student in a giftedness health treatment. The research was a qualitative case study, and was carried out through observation and semi-structured interviews with the management team of the referred school: director, vice-director and supervisor, as well as with the student's mother who is the target audience for Special Education. In relation to the findings, a qualitative analysis was carried out, referenced by theorists and the legislation that deals with the subject (LÜCK, 2006; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005; BRASIL, 2002, 2008). It was verified that the managers sought to know about the child's health treatment, questioning the mother about the diagnosis. As for the pedagogical issues, the management team sought to inform the teachers about the situation of the adolescent and sent the pedagogical material for the student to study at home. The managers sought to develop a good role face the reality experienced, but, according to the interviewees, lack of knowledge and the need of greater availability of time to meet the needs of the student more significantly.

Keywords: manager teacher. giftedness. illness. school.

INTRODUÇÃO

A sociedade, do tempo presente, está passando por um processo de transformação constante, em diferentes aspectos. Dentre as mudanças perceptíveis, está a aceitação das diferenças e a compreensão de que todos os seres humanos têm os mesmos direitos, seja em relação à saúde, à educação, à dignidade.

Quando se fala, em específico na educação, a referência é uma sociedade inclusiva, que defende que esta educação deve ser oportunizada a todo e qualquer aluno, incluindo aqueles pertencentes a grupos menos favorecidos, os que são considerados Público-alvo da Educação Especial ou alunos em tratamento de saúde.

Essa prerrogativa é garantida pela legislação (BRASIL, 1996, 2002, 2008) e deve ser cumprida, seja pelas escolas e pelos educadores, quanto pelos familiares que são responsáveis pela criança ou adolescente em idade escolar.

Nessa escrita, a qual é oriunda de uma Monografia, realizada no curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, será discutido esse direito, tendo como sujeito de pesquisa um aluno com duas características citadas anteriormente: público-alvo da educação especial e em tratamento de saúde.

Pesquisas que abordam a temática das políticas públicas e do papel dos gestores se fazem presentes nas publicações nacionais, em um número significativo de produções. Porém, estudos que abarcam as três temáticas: gestão educacional, altas habilidades/superdotação e a escolarização de alunos enfermos não é tão comum.

Dessa forma, acredita-se que estudos como esse podem agregar aos conhecimentos em uma sociedade, que se diz ser inclusiva, e que se preocupa com a qualidade da educação.

Ainda, divulgar estudos que estão relacionados à atuação dos gestores em um espaço educacional, é de grande valia, afinal, a equipe diretiva tem um papel significativo na instituição escolar, apesar de não atuar diretamente em sala de aula.

A EQUIPE GESTORA E A SOCIEDADE ATUAL: REFLETINDO SOBRE OS PAPÉIS EDUCACIONAIS

No contexto social, por muito tempo, a classe menos favorecida foi segregada, ficando a margem de um sistema que preza pelo “status”. Dessa forma, os mais poderosos detinham o poder, dominando aqueles que não tinham muitas oportunidades. Logo, o ensino-aprendizagem era privilégios para um grupo social menor.

Nesse período, os gestores tinham a responsabilidade com a

administração da instituição escolar, sendo que a preocupação com as questões pedagógicas não era o enfoque da época. Os diretores e vice-diretores eram os administradores da escola, num sistema semelhante ao de uma empresa, que tem como objetivo o lucro.

Porém, as transformações que a sociedade passou, e que está passando, fez com que fossem repensados muitos aspectos em relação ao papel de um gestor numa instituição de cunho educacional, como as escolas. Devido a essas mudanças, os gestores passaram a se preocupar com questões pedagógicas e sociais.

Indo ao encontro dessa prerrogativa, pode-se afirmar que um novo paradigma prevaleceu na sociedade a respeito do papel da equipe gestora de uma escola. Paradigma, esse, que “[...] diz respeito a ideias e valores assumidos coletivamente, consciente ou inconscientemente, e representa o cenário de sociedade que temos ou que queremos.” (BORDIGNON; GRACINDO, 2011, p. 150).

Dentre o referido processo de transformação, encontra-se a própria terminologia, em que é adotado o termo gestão educacional, que é, de certa forma, uma expressão “nova” na pauta das políticas da escola, afinal “[...] ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional, sobretudo a partir da década de 1990.” (LÜCK, 2006, p. 33).

Ao assumir o termo gestão educacional, adotou-se, também, uma nova forma de perceber as questões que envolvem essa gestão, refletindo sobre o papel desse profissional para uma educação qualitativa:

Atenção efetiva tem sido dedicada para a gestão que, como um conceito relativamente novo, superador do enfoque limitado de administração, se assenta sobre a mobilização dinâmica do elemento humano, sua energia e talento, coletivamente organizado, como condição básica fundamental da qualidade do ensino e da transformação da própria identidade das escolas, dos sistemas de ensino e da educação brasileira. (LÜCK, 2006, p. 26-27).

Essa citação resume de forma simplória e destacada o que significa ser

um gestor no espaço escolar. Esse precisa ser dinâmico e pensar na organização do grupo, afinal, não se pode querer fazer o progresso, em um espaço, de forma autoritária e individual, sendo que, o grupo precisa ser consultado e estar de acordo.

Na comunidade escolar, há várias pessoas que fazem parte, dentre elas: os alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis. Assim, é preciso haver uma relação harmoniosa e dialógica entre cada um dos sujeitos ativos nessa comunidade. Essa afirmativa precisa ser compreendida e respeitada pelos gestores, pois:

Cabe lembrar que apenas mudar denominações, sem o aprofundamento da compreensão do significado dessa mudança e suas implicações em relação a um novo modo de ser e a agir, em si nada representam. É necessário que a nova forma de representação denote atuação diferenciada, criativa e efetiva, no sentido de orientar a educação por processos de organização, coordenação e mobilização competentes, a partir de novos significados. (LÜCK, 2006, p.110).

Quando se pensa em situações que envolvem o aluno, seja de ordem pedagógica, emocional ou social, o professor precisa ter a liberdade de buscar a ajuda da equipe gestora, os quais não devem esquecer que também são professores e colegas de trabalho. Assim, por meio do diálogo, professores regentes e professores gestores podem encontrar o caminho para atender, da melhor forma, o aluno.

Dessarte, “[...] é necessário haver, nas escolas, uma prática dialógica e um trabalho em equipe, o qual é o oposto daquela em que cada professor resolve tudo sozinho e pouco se comunica com os colegas sobre sua atividade.” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005, p. 383).

Diante do processo inclusivo e de questões que envolvam o afastamento do aluno devido ao tratamento de saúde, a equipe gestora da escola precisa, além de manter o diálogo com os demais professores, ter conhecimentos mínimos sobre a legislação e o direito desses alunos. Esse conhecimento o ajudará a pensar, em conjunto com os professores, em estratégias que

garantam as ações necessárias para que, tanto o alunado enfermo, quanto aquele que for Público-alvo da Educação Especial tenham suas necessidades atendidas.

Logo, o gestor precisa ser comprometido com os conhecimentos da área, buscando estar atualizado sobre as questões que envolvem a educação. Acerca dos saberes das altas habilidades/superdotação e da atuação da equipe gestora, Negrini (2007, p. 67) afirma que é oportuno que “[...] todos os gestores escolares conheçam sobre o assunto, para auxiliar na organização escolar, adaptação curricular, propondo novas atividades, etc.”

LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO: DIREITOS DO ALUNO ENFERMO E COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Infelizmente, o “sistema” exige um documento escrito e legalizado para que se garanta os direitos dos indivíduos, nas diferentes esferas, como na saúde e educação. Direitos esses, que deveriam ser oportunizados sem que fosse preciso a escrita de uma legislação, como ocorre com a inclusão, em que é necessário estar na lei que:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. (BRASIL, 2008, p. 13).

A inclusão deveria ser um processo natural, afinal, desde 1961 aparecia na legislação que “[...] a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.” (BRASIL, 1961). Ao se referir a todos, não poderia haver exclusão, logo, é incoerente o processo pelo qual se viveu e, ainda, está se vivendo em algumas realidades, em que ocorre a exclusão de alguns grupos, seja pela sua condição física, econômica ou social.

Quando se fala nas Atas Habilidades/Superdotação, a referência legal não diz respeito ao acesso ao espaço escolar, mas sim, a quem são esse

público e à forma como o ensino-aprendizagem deve ser oportunizado a esse alunado.

Sobre o atendimento a esse público, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação, de 1971, declarava em seu artigo 9º, que “[...] os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.” (BRASIL, 1971).

A necessidade do reconhecimento desses sujeitos e de um atendimento voltado para suas especificidades é confirmada na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de Educação de 1996.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
(BRASIL, 1996, p. 21).

Quanto aos recursos e a forma como se trabalhar com esses sujeitos, estes aparecem no documento Adaptações Curriculares - Estratégias para alunos com necessidades especiais (BRASIL, 1998, p. 48).

Evitar sentimentos de superioridade, rejeição dos demais colegas, sentimentos de isolamento etc.; Pesquisa, de persistência na tarefa e o engajamento em atividades cooperativas; Materiais, equipamentos e mobiliários que facilitem os trabalhos educativos; Ambientes favoráveis de aprendizagem como: ateliê, laboratórios, bibliotecas etc.; Materiais escritos de modo que estimule a criatividade: lâminas, pôsteres, murais; incluso de figuras, gráficos, imagens etc., e de elementos que despertam novas possibilidades.

No decorrer dos anos, outros documentos foram sendo introduzidos às políticas públicas, visando o reconhecimento desses alunos e a importância acerca de sua identificação e atendimento (BRASIL, 2001, 2006, 2008, 2011), Ministério da Educação (2001), Conselho Nacional de Educação (2001). Dentre

estes documentos, está descrito na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o seu conceito.

Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008, p. 11).

Assim como os alunos com Altas Habilidades/Superdotação são Público-Alvo da Educação Especial, os alunos em tratamento de saúde, também são considerados alunos temporários da Educação Especial (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Ao buscar a legislação que garante o direito desse alunado enfermo, tem-se registrado, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001, o quão importante e necessário é dar acompanhamento à aprendizagem, seja no espaço da saúde, ou no próprio ambiente domiciliar.

Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

A fim de reforçar esse direito, foi criado, em 2002, um documento do Ministério da Educação que dispõe sobre o atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar, denominado Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações.

No referido documento, está disposto que a escola precisa organizar-se para receber e reintegrar o aluno que ficou afastado, devido ao tratamento de saúde. Por conseguinte, deve-se trabalhar com os demais alunos, a fim de possibilitar um espaço acolhedor e não um ambiente hostil, em que o aluno passa a se sentir incomodado pela forma importuna como lhe tratam.

Dentre as preocupações e o trabalho a ser feito, destaca-se “[...] promoção de espaços para acolhimento, escuta e interlocução com os familiares do educando durante o período de afastamento; preparação ou sensibilização dos professores, funcionários e demais alunos para o retorno do educando.” (BRASIL, 2002).

Sobre essa prerrogativa, pode se inferir que o afastamento da escola, por motivo de doença, não retira dos professores e gestores a responsabilidade de se preocupar com essa criança ou adolescente, de forma que este continua sendo aluno da escola de origem.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A Pesquisa caracterizou-se como básica, do tipo qualitativa. Realizou-se um estudo de caso, que, para Yin (2010, p.24), “[...] é usado em muitas situações para contribuir ao nosso conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados.”

Nesse estudo, a busca pelo conhecimento esteve relacionada ao papel de uma equipe gestora, de uma escola, em relação a um aluno com Altas Habilidades/Superdotação em tratamento de saúde.

Acerca da classificação quanto ao objetivo traçado, essa é tida como descritiva, pois buscou descrever o papel desenvolvido, pela equipe gestora de uma escola regular de um município do interior do Rio Grande do Sul, em relação a um aluno em tratamento de saúde, que apresenta Altas habilidades/Superdotação.

Para isso, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a observação e as entrevistas semiestruturadas realizadas com a equipe gestora da referida escola – supervisora, vice-diretora, diretora. Também, realizou-se entrevista com a responsável pelo aluno, a fim de corroborar, ou melhor, confirmar os relatos das profissionais da educação.

Quanto à análise dos dados, desenvolveu-se a análise qualitativa, sobre a qual, Gil (2008, 177) afirma que “[...] o elemento humano continua sendo o

fundamental.”

Salienta-se que se manteve o anonimato dos sujeitos da pesquisa, resguardando seus nomes, bem como a localização da escola.

A respeito do desenvolvimento do estudo, primeiramente, foi feito o contato com o aluno e a mãe do menino, que se encontrava em atendimento médico num hospital público da cidade de Santa Maria. Conversou-se com a responsável pelo atendimento educacional do adolescente, enquanto esse permaneceu no hospital, a fim de verificar se a equipe gestora manteve o contato e demonstrou interesse pela escolarização do aluno enquanto esteve em tratamento de saúde.

Após, entrou-se em contato com a escola e com as gestoras, solicitando a realização da pesquisa. Essas foram muito receptivas e mostraram-se dispostas a corroborar com as entrevistas e as informações, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em seguida, realizaram-se as entrevistas na escola do menino, de forma individual, para que não houvesse interferência nas respostas. Essas entrevistas foram gravadas, transcritas e salvas em um arquivo pessoal, mantendo-se sob a responsabilidade da pesquisadora.

As transcrições foram feitas pela própria pesquisadora, a fim de não se perder nenhuma informação.

As respostas foram analisadas, destacando-se os aspectos qualitativos, utilizando, para a organização dos resultados, as informações que mais chamaram a atenção nas falas e que foi significativo para o estudo.

RESULTADOS: TECENDO OS ACHADOS DO ESTUDO

Ao analisar as entrevistas, constatou-se que as gestoras buscaram se integrar e ajudar o aluno frente a seu adoecimento. Porém, faltaram conhecimentos em relação ao espaço educacional em que o aluno recebeu atendimento pedagógico, enquanto esteve hospitalizado.

Nenhuma das gestoras sabia dizer o que representava a Classe

Hospitalar e o trabalho que foi realizado com o aluno dentro do hospital. Apenas sabiam que ele havia sido identificado com altas habilidades/superdotação dentro desse espaço e que estavam felizes com essa descoberta.

Ainda, sobre o parecer das altas habilidades/superdotação, expuseram que sabiam pouco sobre quem era esse Público da Educação Especial, necessitando de maior informação sobre o assunto.

Sobre isso, reflete-se que a falta de saberes, por parte dos professores, pode estar relacionada a uma formação inicial deficitária, ou então, à falta de formação continuada, a qual, em certos momentos, se torna fator limitador nas práticas de alguns profissionais da educação.

Constatou-se que esse tema, apesar de parecer esgotado, ainda é referenciado nas falas das professoras gestoras, que afirmaram sentirem falta dessa formação em relação ao que permeia a Educação Especial, seja em relação às altas habilidades/superdotação, ou, então, ao que está relacionado ao acompanhamento pedagógico do aluno em tratamento de saúde.

Compreende-se que, muitos profissionais, não tem tempo devido à carga horária de trabalho e as suas tarefas profissionais, mas, para Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 389), essa formação é imprescindível para um professor.

A formação continuada é a garantia do desenvolvimento profissional permanente. Ela se faz por meio do estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor. O desenvolvimento pessoal requer que o professor tome para si a responsabilidade com a própria formação [...].

De acordo com os relatos, a equipe diretiva buscou saber sobre a doença do aluno, sempre questionando a mãe do menino sobre o seu estado de saúde. Porém, em relação ao acompanhamento pedagógico, em contexto hospitalar, a equipe gestora da escola precisava ter mostrado maior envolvimento, pois, no início, não sabiam sobre esse atendimento educacional. O

conhecimento sobre a escolarização hospitalar ocorreu após um período de internação, sendo pouco o entendimento sobre o mesmo.

[...] a gente nem tinha uma ideia de que ele tinha o acompanhamento pedagógico lá. Ele estava internado, ficou internado por muito tempo e nós tínhamos notícias da saúde dele, não do tratamento que ele estava recebendo inclusive escolar, dentro da área pedagógica com ele. (VICE-DIRETORA).

Em relação à aprendizagem do menino, enquanto esse estava impossibilitado de frequentar a escola, as gestoras orientaram os professores do adolescente a mandar atividades, trabalhadas em aula, para esse realizar de maneira domiciliar. Segundo a mãe, a vice-diretora se mostrava preocupada, levando o material até a casa do adolescente. Porém, a questão de tempo interferia na forma como essas gestoras acompanhavam o aprendizado do aluno fora do espaço escolar.

Às vezes, ela [vice-diretora] vinha na minha casa. Às vezes entregava os papéis para o tema. Porque o tempo delas também é corrido. A gente vê que a turma não é fácil. Sabe, não é porque elas não querem, é que não tem tempo suficiente, é muita criança para o colégio. São interessadas sim, demais [...] Eu nunca tive problema com o colégio dele. (MÃE DO ALUNO).

Quanto às trocas dialógicas com os professores regentes, visando o trabalho em sala de aula com esse aluno e o acompanhamento da escolarização do menino, a supervisora pedagógica disse que elas, gestoras, procuram conversar e fazer trocas com os demais professores. Porém, novamente, o tempo foi relatado como um fator negativo para esse processo.

[...] a gente procura conversar com os professores. É difícil a gente conversar com o professor devido a ele ter a carga horária superlotada. A gente procura algum momento, na hora do recreio, ou antes dele entrar para a sala de aula, ou ao final da aula. A gente sempre procura, nas reuniões pedagógicas e, principalmente, nos conselhos de classe. A gente procura colocar isso, assim, para os colegas, e juntamente com a coordenação, para que a gente realmente possa, esse aluno,

para que ele realmente tenha um aprendizado de qualidade. (SUPERVISORA).

[...] a gente sempre interage com todos os professores. A gente sempre pede, estimula também para que eles provoquem, que eles vão além do normal com aqueles alunos. (DIRETORA).

Sobre esse trabalho em equipe que as gestoras buscam manter na escola, dialogando com os professores, Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 383), afirmam que:

O trabalho em equipe é uma forma de desenvolvimento da organização que, por meio da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e de modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar mudanças necessárias, rompe com as práticas individualistas e leva os alunos a produzir melhores resultados de aprendizagem.

A respeito da doença do aluno e a forma como esta foi trabalhada na escola, a mãe do menino relatou que as professoras explicaram aos demais alunos o que era tal enfermidade e o que esta acarretava, levando às internações e ao afastamento por alguns dias do colega de escola.

Também, os professores e os alunos se envolveram com o diagnóstico do menino, fazendo pesquisa sobre o assunto a fim de mostrar à comunidade que se deve ter atenção para determinados sintomas, os quais podem ser doenças mais graves.

Assim, ia ser feita uma pesquisa lá no colégio, da púrpura, quando foi diagnosticado a púrpura dele. Houve umas meninas do segundo ano que iam fazer um trabalho sobre a púrpura. Ele ia ser entrevistado sobre o que era a púrpura. Elas investigaram no computador o que era a doença e queriam saber por ele também. Só que elas não vieram, porque depois foi diagnosticado outra coisa. Mas, elas queriam, vamos dizer assim, ensinar a comunidade, abrir os olhos da comunidade de que o roxo poder ser uma doença. [...] Isso eles se interessaram, para orientar mais as mães da colônia. (MÃE DO ALUNO).

A atitude dos professores, como o apoio das gestoras, foi significativa,

pois contemplaram o que traz no Parâmetro Curricular Nacional sobre Saúde (BRASIL, 1997), em que diz que é preciso trabalhar o tema em sala de aula.

Assim, os professores instigaram os alunos a partir de algo que estava acontecendo na escola, porém, sem expor o aluno em tratamento de saúde.

Essa forma de trabalhar com os alunos torna-se mais significativo, pois eles são curiosos por natureza e, ao incentivá-los a buscar as respostas para suas perguntas acerca do diagnóstico, os estudantes se envolvem de forma mais interessada com o conteúdo.

Infere-se que esse trabalho, desenvolvido em sala de aula, teve o apoio da equipe gestora, que incentivaram os professores, e deixaram-nos informados sobre o diagnóstico e a situação de saúde do menino.

CONCLUSÕES

A educação não é algo estático, estando em um processo contínuo de modificações. Assim, é preciso que os professores se adaptem às demandas e as diferentes circunstâncias que surgem no dia-a-dia da sala de aula: conflitos escolares, adoecimento de um aluno, diagnóstico e pareceres de alunos público-alvo da educação especial, dentro outros inúmeros fatores que podem surgir.

Aos gestores das escolas, essa tarefa de adaptação não é diferente, afinal, são esses profissionais que assumem a responsabilidade pelo que ocorre dentro da instituição, sendo o mediador no trabalho do professor que atua em sala de aula. Ainda, o aluno não é de um professor, mas da escola como um todo, logo, o professor regente não deve ser o único responsável pela promoção da inclusão e do bem estar do educando que se encontra matriculado na instituição regular.

A equipe diretiva sempre se mostrou atenta para o estado de saúde do adolescente e das interferências ocasionadas pela enfermidade. As gestoras buscaram saber sobre o que menino estava passando, enquanto não podia ir à escola.

Porém, ao longo das falas, verificaram-se algumas limitações em relação

ao conhecimento sobre o que estava acontecendo pedagogicamente com o aluno, em relação a sua escolarização em contexto hospitalar.

Quanto ao trabalho desenvolvido dentro da escola, elas procuraram conversar com os professores sobre a aprendizagem do menino, encaminhando as atividades pedagógicas, que foram realizadas em casa.

Constatou-se que a falta de informação, a correria e a falta de tempo, que as gestoras enfrentam, levaram a não fazerem tudo que estava em suas alçadas, sendo que as profissionais expressaram que poderiam ter feito algo a mais pelo aluno, mas que os fatores supracitados interferiram nessa ação.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, G.; GRACINDO R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Saúde**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília, DF: SEESP, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 ago. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2018.

NEGRINI, T. **A gestão educacional em uma escola pública: analisando o atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação**. 2007. 97 f. (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.